

1

História da psicologia

O processo de tornar a Psicologia uma ciência foi bastante moroso, tendo início a partir das ideias de Descartes sobre a investigação humana, nas quais considera o comportamento sujeito a leis naturais e concretas e, dessa forma, passível de observação empírica; no entanto, foi apenas três séculos depois que a psicologia adquiriu *status* de ciência, a partir de Wundt. A palavra psicologia deriva-se da junção de duas palavras gregas: *psyché* (mente ou alma) e *logos* (estudo), significando então estudo da mente ou alma (CASTRO, 1999). Davidoff (2001) aponta que, hoje, a Psicologia é definida geralmente como a ciência que se concentra no estudo do comportamento e nos processos mentais – de todos os animais.

A psicologia clínica

A psicologia vive em permanente estado de uma permanente crise desde o momento de seu surgimento oficial com o primeiro laboratório de psicologia inaugurado por Wundt em Leipzig, na Alemanha, em 1879, pois, 20 anos após, já se questionava o dualismo inicial da psicologia. Os psicólogos rapidamente se organizaram como uma comunidade científica para poderem conclamar que faziam ciência. Segundo Palácio, Duran, Restrepo, Salazar, Sierra e Schnitter (2007),

que fizeram um trabalho de investigação teórico-histórica de tipo documental, as propostas alternativas e marginais sobre o objeto e método da psicologia são as que puderam ser corroboradas no contexto da psicoterapia; uma vez realizada uma busca pela história não oficial da psicologia, as particularidades da clínica psicológica foram emergindo em contraponto com a terapia como forma de intervenção derivada das teorizações de uma psicologia clínica procedente do método médico-científico.

Antes das duas grandes guerras do século passado, dizem Duran et al. (2007), os psicólogos clínicos dedicavam-se à avaliação psicológica de crianças com dificuldades escolares e pacientes psiquiátricos internados em hospitais. A Primeira Guerra Mundial teve grande importância para o desenvolvimento da clínica, pois foi onde houve um incremento do desenvolvimento da especialidade de diagnóstico de adultos não hospitalizados, sendo que o exército dos Estados Unidos rapidamente capacitou psicólogos de todas as tendências para aplicar testes, para avaliar o nível intelectual, atitudes, estabilidade emocional e descobrir as desordens emocionais em seus recrutas.

O compromisso dos psicólogos clínicos na Segunda Guerra Mundial foi muito mais importante do que na Primeira, segundo Duran et al. (2007), pois 1.500 psicólogos serviram na segunda grande guerra. Em 1944, vinte milhões de militares e civis foram submetidos a cerca de sessenta milhões de provas psicológicas. Já em 1940 havia mais de 500 tipos de testes, sendo que foi necessário um *Mental Measurement Yearbook* para catalogá-las e o desenvolvimento, a aplicação e avaliação destes instrumentos seguiram estimulando o diagnóstico e investigação por parte dos psicólogos clínicos.

A aplicação de testes começou a ser um negócio (estendeu-se a indústrias, além da clínica). De acordo com Duran et al. (2007), os psicólogos clínicos, além de aplicar testes, tiveram que fazer entrevistas, escrever informes psicológicos e, devido ao enorme número de transtornos psicológicos, durante e depois da guerra, começaram a realizar terapia, paradoxalmente psicanalítica. Tal fato põe em evidência que os psicólogos clínicos não estavam capacitados para fazer intervenções psicoterapêuticas, pois para ser psicólogo clínico durante a participação nas guerras (aplicando testes mentais) dos Estados Unidos só havia necessidade de fazer cursos de aplicação de testes, de psicologia anormal (psicopatologia), e talvez algo de desenvolvimento infantil, além de ter interesse por gente. Os psicólogos clínicos, apesar de estarem catalogados como profissionais, eram vistos como profissionais de segunda classe, e confundidos com técnicos de aplicação de testes, recebiam pouca ajuda das universidades e da APA (American Psychological Association), que não se preocupava em melhorar sua imagem.

O descontentamento dos psicólogos clínicos, de acordo com Duran et al. (2007), explode em 1937, quando os profissionais de psicologia clínica separam-se da APA e fundam uma associação, a American Association of Applied Psychology (AAAP), que perdura por oito anos, sendo então reincorporada à APA, havendo saído dos hospitais e prisões, onde inicialmente o clínico trabalhava, e passa então a trabalhar com crianças e adultos. Uma comissão da APA, formada por David Sakov, cria as bases da formação do psicólogo clínico a partir de então. A partir de 1939 a APA autoriza então aos psicólogos o exercício da psicoterapia, que era exercida até então por psiquiatras que na sua grande maioria tinham formação filosófica, fenomenológica e psicanalítica.

Com a crise financeira americana de 1929 e na posterior retomada de crescimento com a “economia de guerra” no *New Deal*, o papel da psicologia passa também a ser valorizado, de acordo com Duran et al. (2007), onde era requerida a utilização de uma psicologia completa, diversificada, que enfrentaria problemas muito concretos e ao mesmo tempo muito diversificados. A imigração de intelectuais europeus judeus organizou a nova cultura norte-americana no pós-guerra. Os psicoterapeutas, desiludidos com as ingenuidades do modelo biológico das enfermidades mentais, exploram novas propostas alternativas, algumas que haviam sido esquecidas, outras desconhecidas e/ou atacadas por serem subjetivas, e começam a implementar outro tipo de práticas e perguntar-se sobre o sentido dos sintomas e da doença mental, introduzindo uma concepção alternativa sobre o sofrimento e a doença humanos, definindo o essencial do psíquico como as relações interpessoais. Desde então a relação com o paciente se converteu em ponto de partida para o desenvolvimento da pesquisa clínica.

A Psicologia: uma ciência iniciante

No que diz respeito à Psicologia enquanto ciência, Farr (2004) aponta que a Psicologia surgiu como uma disciplina específica na Alemanha durante a segunda metade do século XIX. Atribui-se a Wundt o título de fundador da psicologia experimental. O texto de Wundt – *Fundamentos de psicologia física* –, publicado em 1873-1874, é provavelmente o texto fundante da psicologia, tendo Wundt criado também um laboratório de psicologia em Leipzig em 1879. Wundt escreveu, e isso não é tão conhecido pelas pessoas que trabalham na área, dez volumes de psicologia social (a *wölkerpsychologie*), entre 1900 e 1920.

O contexto histórico do surgimento da psicologia é interessante, pois se deve a Humboldt a criação da universidade moderna. A universidade medieval preparava seus alunos para as antigas profissões de “medicina, direito e Igreja”. Quando Humboldt restabelece a Universidade de Berlim em 1809 coloca como elemento novo na questão universitária a pesquisa, sendo possível então, pela primeira vez, conseguir graduar-se apenas através da pesquisa.

Farr (2004) distingue a situação das diferentes visões de ciência à época, sendo que a grande divisão que acontecia era entre as ciências naturais (principalmente na Inglaterra) de um lado e ciências humanas e sociais de outro (principalmente Alemanha). Sendo que Wundt acaba separando a psicologia experimental (ciências naturais) de sua psicologia social (ciências humanas). A crença de Wundt de que a ciência (experimental) que ele havia fundado em Leipzig era um projeto limitado, conduziu-o a um repúdio pela geração mais jovem de psicólogos experimentais, alguns dos quais foram treinados inclusive por ele mesmo. A geração mais jovem não perdoava o fundador de sua disciplina por ter afirmado que a psicologia era apenas na sua maior parte um ramo das ciências naturais. Já Wundt afirmava que os processos mentais mais profundos não eram passíveis de estudo de forma experimental. Então, para eles, a pele forma um limite distinto entre o objeto de estudo, o indivíduo e o ambiente desse indivíduo. Sendo que a substituição da psique pelo organismo foi um passo inicial importante no processo de se considerar a psicologia inteira como um ramo das ciências naturais. Tal fato marca também a transição da filosofia para a biologia como matriz ou disciplina mãe para a psicologia.

Farr (2004) descreve que, nos Estados Unidos, o mesmo processo tomou uma direção um pouco diferente. Watson

proclama que a Psicologia era inclusa totalmente no ramo das ciências naturais ao declará-la como ciência do comportamento. O comportamento possui uma vantagem sobre a mente por ser totalmente visível. Para tornar a psicologia uma ciência “respeitável”, Watson propõe que os psicólogos devam usar métodos objetivos e estudar comportamentos observáveis, surgindo, a partir de 1912, quando Watson começa a divulgar suas ideias, o behaviorismo.

Davidoff (2001) alega que os behavioristas aceitaram as seguintes ideias:

- 1) Os psicólogos devem estudar os eventos ambientais (estímulos) e os comportamentos observáveis (respostas). Aprender pela experiência é a principal influência sobre o comportamento e um tópico central de investigação.
- 2) A introspecção deve ser substituída por métodos objetivos (experimentação, observação).
- 3) O comportamento de animais não humanos deve ser investigado paralelamente ao comportamento humano porque os organismos simples são mais fáceis de estudar e entender do que os complexos.
- 4) Os psicólogos devem voltar-se para objetivos científicos; descrição, explicação, predição e controle. Devem também desempenhar tarefas práticas como aconselhamento de parentes, legisladores, educadores, homens de negócio.

Como pode se observar pelo dito acima, Watson busca um caminho pragmatista para a psicologia, tanto em seus métodos quanto em suas aplicações. Atualmente a perspectiva behaviorista é muito mais flexível que na época de Watson. Os behavioristas atuais ainda investigam estímulos, respostas observáveis e aprendizagem, mas também estudam cada vez

mais complicados fenômenos que não podem ser observados diretamente – por exemplo, amor, estresse, empatia, sexualidade. As principais características do behaviorismo moderno são seu forte envolvimento com a formulação de perguntas precisas e claras e o uso de métodos objetivos na condução de pesquisas cuidadosas (DAVIDOFF, 2004, p. 13).

Lazarus (1999) expressa que a psicologia na primeira metade do século XX teve como metateoria dominante o condutivismo radical (behaviorismo), cujo embasamento filosófico era o positivismo, tendo como ponto inicial o operacionalismo, que é uma doutrina que trata de definir os acontecimentos tendo como base a informação derivada dos órgãos dos sentidos. No mesmo texto, Lazarus defende que na segunda metade do século XX a psicologia se volta para uma perspectiva mais subjetiva, principalmente em relação ao estresse e mais recentemente a Teoria das Emoções, que se centram no modo como as pessoas dão valores às circunstâncias de sua vida.

Na década de 1970, segundo Davidoff (2001), grande número de psicólogos insistiu que a forma como a mente opera deve ser valorizada, contrariando as ideias behavioristas. Tais psicólogos, conhecidos como cognitivistas, têm predominância na psicologia contemporânea. Suas principais premissas são:

- 1) Os psicólogos devem concentrar-se em processos, estruturas e funções mentais. É a mente que dá ao comportamento seu caráter definitivamente humano.
- 2) A psicologia deve ter como objetivo o conhecimento e aplicações práticas. (Se, p. ex., entende-se mais da memória, pode-se ensinar melhor ou melhorar o ensino.)
- 3) A auto-observação, ou introspecção, e os autorrelatos são úteis. No entanto há uma tendência para métodos objetivos.

Como pode ser visto no que foi dito até aqui, no que diz respeito à psicologia e à ciência, Dazinger (1990) indica que a personalidade, a cultura e os fatores históricos desempenham papéis importantes na elaboração e aceitação das teorias psicológicas, já que a produção depende do contexto social e cultural em que o pesquisador trabalha. A metodologia empregada pelo pesquisador estará, portanto, vinculada à sua história pessoal e história de seu tempo. Dazinger, no mesmo texto, vai apontar o fetichismo do método que ele chamará de “metodolatria”, pois muitas vezes se priorizará o método de pesquisa sem levar em consideração que a atividade humana é governada pelas circunstâncias. Não só o pesquisador sofre influências da área social à sua volta, mas da comunidade científica em que está inserido.

Psicologia e personalidade

Um grande campo de estudos dentro da psicologia é a personalidade. Craik (1986) diz que o advento, a partir de 1980, do *Journal of Personality and Social Psychology* coincide com a revitalização do campo de estudos da personalidade; a partir de 1980 se restabelece a autonomia e reconhecimento da área. Ele identifica os principais métodos de estudo, embora exista uma crítica de Dazinger, como visto acima, à questão do método pelo método (metodolatria), no que diz respeito à personalidade humana. Temos então, segundo Craik:

- 1) O método biográfico: muito utilizado no início da psicologia até meados da década de 1940, sendo retomado a partir dos anos de 1980. Onde se utilizam histórias de vida e faz-se uso de documentos pessoais do caso estudado. Um exemplo são os estudos feitos sobre a personalidade de pessoas que são líderes políticos e figuras históricas. É interessante pensar que quando Freud trabalha

com a paranoia, no caso Schereber, é um trabalho feito sobre uma publicação que Schereber havia feito sobre sua biografia.

2) O campo de estudos: método muito utilizado também desde o início da psicologia até meados da década de 1940, sendo retomado no início dos anos de 1970. Estuda a pessoa na situação ambiental em que vive. Existem estudos observacionais sobre a introversão-extroversão, e experimentos naturalísticos das características educacionais. É retomado atualmente como psicologia ecológica.

3) Método de laboratório: utilizado pela psicologia desde seu início até o presente momento, tendo, inclusive, um incremento no seu uso a partir de 1980. Os estudos de laboratório enfatizam a dinâmica da ação. Vários estudos foram feitos sobre a ansiedade, o estresse e a comunicação de afetos.

4) Observação naturalística: muito utilizada no início da psicologia até meados da década de 1920, após o que deixou-se de utilizá-la. Usava a rede de relacionamentos da pessoa, principalmente os familiares.

5) Juízes observadores: método utilizado desde o início da psicologia até o momento atual. Utilizam-se mais de um observador treinados especificamente para perceber determinadas nuances de comportamento. Existem muitas pesquisas sobre a linguagem que utilizaram este método.

6) Escalas de personalidade e inventários: são artifícios muito utilizados para pesquisa em psicologia desde seus primórdios até o momento presente, tendo havido um incremento da utilização deste tipo de técnica em meados dos anos de 1930 até o presente, tendo atualmente

grande ênfase a utilização de *self-reports* (autoquestionários ou autorregistros).

7) Técnicas projetivas: aparecem com Jung e o teste de associação de palavras de Rorschach, tendo sido elaborados vários testes projetivos que vêm sendo utilizados por clínicos até o presente momento.

Craik (1986) enfatiza que atualmente é também bastante utilizado o método pluralístico, onde se tem a combinação de duas ou mais técnicas descritas acima.

A visão fenomenológica existencial

Por volta da década de 1970, outra grande vertente de pensamento advém à psicologia: a visão humanista. A maioria dos psicólogos humanistas adere à filosofia europeia chamada fenomenologia, segundo a qual as pessoas veem o mundo de sua própria e única perspectiva. Em outras palavras, a interpretação subjetiva é central à atividade humana e não pode ser ignorada. Os humanistas partilham as seguintes ideias, segundo Davidoff (2001):

1) Embora os psicólogos devam obter conhecimento, sua maior preocupação deve estar no oferecimento de seus serviços, de sua prática. Os humanistas desejam expandir e enriquecer a vida humana ajudando as pessoas a entender a si próprias e a se desenvolver ao máximo.

2) Os psicólogos devem estudar o ser humano vivo como um todo. Compartimentar pessoas por funções como percepção, aprendizagem e motivação não geram informações substanciais.

3) Problemas humanos significativos devem ser objeto de investigações psicológicas. Dentre os interesses humanis-

tas estão responsabilidade, objetivos de vida, compromisso, satisfação, criatividade, solidão e espontaneidade.

4) Psicólogos, psicanalistas, behavioristas e cognitivistas buscam descobrir as leis gerais do funcionamento que se aplicam a todos. Os humanistas enfatizam o individual, o excepcional e o imprevisível.

5) Métodos de estudo são secundários aos problemas estudados. De todos os psicólogos, são os humanistas os que usam a mais ampla gama de pesquisa – desde técnicas científicas relativamente objetivas até subjetivas, como a introspecção e análise de literatura. Os psicólogos humanistas consideram a intuição como uma fonte de informação válida. Os estudos ditos qualitativos são muito empregados pelos humanistas.

González Rey (2003) diz que os autores humanistas usam diferentes construções teóricas sobre o homem para se expressar “apoiadas em sistemas de categorias também diferentes de fato; cada autor humanista nos apresenta uma teoria própria sobre problemas concretos nos quais trabalha” (GONZÁLES REY, p. 59). Ao situar o sujeito para os humanistas, o autor diz que é um sujeito capaz de autodeterminar-se, autorrealizar-se, autoatualizar-se etc., ou seja, o sujeito tem a capacidade para atuar seguindo convicções pessoais que geram subjetivação. O humanismo trata a todo o momento de evitar interpretações universais.

Alguns teóricos de expressão no humanismo foram: Rogers, Maslow, Perls, Rollo May.

A psicanálise

Embora Freud nunca tenha se arvorado em ser psicólogo, parece que a psicologia imiscuiu-se na psicanálise e muitos

dos conceitos psicanalíticos de Freud e Lacan acabam sendo usados pelos psicólogos. Houve uma apropriação pela psicologia da psicanálise. As premissas principais de Freud que tocam a psicologia, segundo Davidoff (2001), são:

- 1) Os psicólogos devem estudar as leis e os determinantes da personalidade (normal e anormal) e tratar distúrbios mentais.
- 2) O inconsciente é um aspecto importante da personalidade. Trabalhar as questões inconscientes é parte essencial da psicoterapia psicanalítica.
- 3) A personalidade é mais apropriadamente estudada no contexto de um longo e íntimo relacionamento entre paciente e terapeuta. À medida que o paciente relata o que lhe ocorre na mente, o terapeuta analisa e interpreta os dados e observa o comportamento de forma contínua.

Pelo fato da psicanálise ser, além de uma prática clínica, um imenso aglomerado de conceitos, a psicologia, principalmente a psicologia clínica, demonstra um interesse muito grande em algumas premissas, que parecem perpassar a prática clínica inclusive de outras correntes de pensamento que não apenas a psicanalítica. Um desses conceitos é o de transferência, que remete aos pais na infância inicial de todo ser humano e que se reatualiza na vida adulta, isto é, as experiências iniciais de nossa vida, com figuras que nos foram significativas reemergem em praticamente todos os relacionamentos afetivos posteriores. Outro aspecto que é objeto de pesquisa, inclusive empírica, são os mecanismos de defesa do Ego. E, por último, a questão da ansiedade, um conceito psicanalítico que também tem sido estudado dentro de vários métodos de pesquisa.

De Lacan, a questão da linguagem, da língua (linguagem do inconsciente), o objeto pequeno *a* (em síntese po-

deríamos dizer que são os objetos perdidos no início da vida da criança: o seio, as fezes, o olhar e a voz), a relação com o grande Outro na transferência, o lugar do analista, a falta, o sujeito, os quatro discursos, a ética, entre outros conceitos, têm sido objeto de estudos de psicanalistas e de alguns psicólogos.

Psicologia: ensino e aprendizagem

Um grande campo de investigação em psicologia é a questão do ensino-aprendizagem, onde se encontram vertentes de pensamento sobre como ocorre o aprendizado no ser humano e destacam-se neste aspecto: Vygotsky, Piaget, Ausubel, Gagné, Rogers, Bruner, o próprio behaviorismo (Skinner) entre outros. Alguns desses teóricos serão analisados no decorrer deste livro, pois trabalham com a questão do desenvolvimento humano, Como Vygotsky e Piaget por exemplo.

Neurociências

Outro aspecto a ser considerado ao se pensar a psicologia na atualidade é a questão da neurociência, onde se tem que a neurociência é o estudo da realização física do processo de informação no sistema nervoso animal e humano.

O estudo da neurociência engloba três áreas principais: a neurofisiologia, a neuroanatomia e neuropsicologia. A neurofisiologia é o estudo das funções do sistema nervoso. Ela utiliza eletrodos para estimular e gravar a reação das células nervosas ou de áreas maiores do cérebro. Ocasionalmente, separaram as conexões nervosas para avaliar os resultados. A neuroanatomia é o estudo da estrutura do sistema nervoso, em nível microscópico e macroscópico. Os neuroanatomistas dissecam o cérebro, a coluna vertebral e os nervos periféricos

fora dessa estrutura. A neuropsicologia é o estudo da relação entre as funções neurais e psicológicas. A principal pergunta da neuropsicologia é qual área específica do cérebro controla ou media as funções psicológicas. O principal método de estudo usado pelos neuropsicólogos é o estudo do comportamento ou mudanças cognitivas que acompanham lesões em partes específicas do cérebro. Estudos experimentais com indivíduos normais também são comuns.

Fonseca (2008), por exemplo, é um autor que utiliza a neuropsicologia para trabalhar com conceitos ligados à aprendizagem; diz que a aprendizagem no ser aprendente envolve “inevitavelmente o cérebro, o órgão da aprendizagem (e da civilização), que tem de processar informação para que ela se verifique” (p. 152). Muitos outros autores buscam não só na aprendizagem, mas também na área clínica, a aplicabilidade da neuropsicologia.

Pensando acerca da psicologia podemos nos perguntar: A psicologia é uma ciência? Koch (1981) responde que se faz essa pergunta há 40 anos, o que atualizado perfaz mais de 60 anos, e nos últimos 20 anos continua firme a visão de que a psicologia “não é uma disciplina única ou coerente, mas sim uma coletividade de estudos de aspectos variados, alguns dos quais podem ser qualificados como ciência, enquanto a maioria não” (p. 257). “Por alguns anos, discuti que a psicologia era malcompreendida, como uma ciência ou como um tipo de disciplina coerente voltada para o estudo empírico dos seres humanos” (p. 257). Koch (1981) diz que a Psicologia pode ser uma disciplina integral, é o mito do século XIX, na tentativa de motivar seu batismo como uma ciência independente, mito que pode ser demonstrado exatamente de considerações tanto *a priori* quanto empírico-históricas. Embora Koch questione aspectos do *status*

científico da psicologia, na atualidade, com o advento do discurso pós-moderno, a psicologia vem também se repensando enquanto ciência, e alguns novos paradigmas são incorporados ao discurso psicológico.

Psicologia e Pós-modernidade

Os pensadores da Pós-modernidade rejeitam a ideia de que exista uma verdade universal e definitiva, e mesmo a possibilidade que a realidade possa ser explicada ou encontrada em estruturas latentes, conforme aponta o estruturalismo.

Monteiro (2000) estabelece que a Pós-modernidade apresenta seu centro de gravidade situado não nas ciências em geral, mas, sobretudo, na arte, arquitetura, literatura e estudos culturais e constitui-se uma reação, um contraste em relação às propostas do Iluminismo e da Modernidade (paradigmas que a precederam historicamente). A concepção de subjetividade mental do pesquisador é decisiva para a compreensão do mundo que nos cerca, pois se baseia no construtivismo e construcionismo, tendo a externalização do interno como correspondente ao processo descrito pelo construtivismo e a internalização da exterioridade no construcionismo.

Monteiro (2000) diz que as proposições situadas pelo construcionismo social descrevem o antiessencialismo dos objetos, o antirrealismo apriorístico, a especificidade histórica e cultural do conhecimento, em vez da generalização dos processos; a ideia de que a linguagem seja uma pré-condição para o pensamento e uma forma de ação social; um foco na interação humana, na intersubjetividade e a prevalência das práticas sociais sobre as condutas individualizadas.

Prestelo et al. (2005) expressam a questão da psicologia e o pós-moderno, dizendo que desde seu início a psicologia lida

com a questão da subjetividade, mesmo que com outras denominações, havendo uma dicotomização praticamente desde os primórdios da psicologia: o fora, normalmente identificado como realidade, algo objetivo, que podia ser mensurado e comparado, e o dentro, algo da área do subjetivo, como aquilo que diz respeito só a um sujeito, individual e intransferível. Sob essa perspectiva a ciência constituiu-se num tipo de conhecimento que deveria ser reproduzido e procurava afastar a ideia de que o observador pudesse interferir, de alguma forma, no objeto estudado.

O pensamento pós-moderno procura, justamente, questionar a dicotomia moderna, criticando a independência sujeito/objeto na construção da realidade. Se tivermos uma realidade construída no processo de interação do homem no mundo, pode-se acreditar que exista uma demarcação que delimita até onde o sujeito vai e a partir de onde se constituiria o mundo fora do sujeito. Além disso, questiona também a possibilidade de existirem certezas absolutas e universais. As sociedades pós-modernas seriam, por definição, mutantes, em oposição às tradicionais. Para pensar, portanto, um sujeito mutante, fluido, pois sujeito constituído e constituinte de uma sociedade também mutante, é necessário, então, estudá-lo em suas infinitas possibilidades e requer um exercício de constante construção/ampliação do objeto de estudo (PRESTELO et al., 2005).

A Pós-modernidade coloca-se principalmente entre duas grandes vertentes de pensamento teórico, a primeira delas situando as condições contemporâneas de produção e conhecimento (tendo como teóricos principais Lyotard e Gianni Vattimo); e a segunda dando maior destaque às condições de produção da ordem capitalista contemporânea. Lyotard afirma que vivemos um tempo em que o mundo é percebido

como fragmentado, complexo e imprevisível. Na Pós-modernidade não é mais possível descrever o mundo através de discursos científicos unificados em uma metalinguagem universal. O conhecimento pós-moderno é composto de “pequenos relatos”, ou narrativas múltiplas, sobre um mundo também múltiplo (LEITÃO, 2003).

Para Leitão (2003), analisando as condições de produção da ordem capitalista contemporânea, a ancoragem da Pós-modernidade é um conjunto de alterações objetivas na ordem do capital. Nesse sentido, Jameson é o primeiro autor a situar que a Pós-modernidade é uma nova época do capitalismo – a do capitalismo tardio – regida por uma lógica de funcionamento global que atravessa as diferentes esferas da vida humana e dá coesão à mesma. A tecnologia tem aí também seu papel, com a intensificação da produção em massa, uma distribuição mais rápida dessa produção e a circulação veloz do capital. O trabalhador desempenha tarefas múltiplas e pouco demarcadas. A organização social se dá mais pela capacidade e desejo de consumir do que pelo que cada um de seus membros produz.

Ferreira (2005) diz que a Pós-modernidade se sustenta no descartável, no local e no aqui e agora, no prazer *self-service* e no imediatismo. Assim, só há uma regra fixa na Pós-modernidade: tudo deve mudar, e mudar o mais rápido possível, pois só assim se pode manter a roda da economia. Também a subjetividade passa a mudar, ela também faz parte dessa roda. Uma das dimensões da angústia existencial sempre foi a aceitação social. É relativamente fácil que esta aceitação ocorra num sistema estável, mas torna-se um grande problema quando há ilhas de identidade cultural; visto que passa a exigir do sujeito uma opção, mesmo reconhecendo que há outras inúmeras que podem jamais ser escolhidas. Com rela-

ção à psicologia, parecemos estar atrasados sempre em nosso conhecimento, por mais recente que seja, e isto pode se dever ao ato de termos, via de regra, “um pensamento moderno num contexto pós-moderno” (FERREIRA, 2005, p. 131).

Outra visão ligada ao momento atual da ciência é a análise do discurso ou análise do conteúdo. Baldin (apud LIMA, 2002) diz que, como esforço de interpretação, a análise de conteúdo vacila entre os polos do rigor da objetividade e da fecundidade da objetividade. “Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não aparente, o potencial inédito (o não dito), retido por qualquer mensagem” (BALDIN, p. 83). É preciso recusar toda representação que oporia um “interior” e um “exterior” do discurso como dois universos independentes. O problema do “dialogismo” ou “heterogeneidade constitutiva” mostram que o “intradiscurso” é atravessado pelo “interdiscurso” (BALDIN, apud LIMA, 2003).

Se os pensadores da Pós-modernidade rejeitam a ideia de que exista uma verdade universal e definitiva, e mesmo a possibilidade de que a realidade possa ser explicada ou encontrada em estruturas latentes; a psicologia, como a maioria das ciências, está na busca, no vir a ser, dentro de um mundo em que as mudanças estão muito rápidas.

Como pode ser observado no decorrer do texto, a Pós-modernidade, como novo paradigma, parece abrir novos e interessantes campos de pesquisa sobre a psicologia enquanto ciência; basta pensar o uso da internet como forma de atuação do psicólogo e as mudanças advindas desse fato.